

VIII
Conferência Nacional
de Assistência Social



**CONSOLIDAR O SUAS E
VALORIZAR SEUS TRABALHADORES**



Conselho Nacional
de Assistência Social

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome





MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
Conselho Nacional de Assistência Social



**ORIENTAÇÕES COMPLEMENTARES AO MANUAL ORIENTADOR DA
VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
ETAPA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL**

“Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”

7 A 10 de dezembro de 2011- Brasília- DF

Junho /2011

Conselho Nacional de Assistência Social
Gestão 2010/2012

Presidente: **Carlos Eduardo Ferrari**

Vice-presidente: **Renato Francisco dos Santos Paula**

Representantes Governamentais

Renato Francisco dos Santos Paula - Titular

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Brenda Ferreira Silva - Suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Simone Aparecida Albuquerque - Titular

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Mariana Santarelli Roversi - Suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Eutália Barbosa Rodrigues - Titular

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Maria do Socorro Fernandes Tabosa - Suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Anna Cláudia Romano Pontes - Titular

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Antônio Santos Barbosa Castro - Suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

José Geraldo França Diniz - Titular

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Igo Martini - Suplente

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Fátima Aparecida Rampin - Titular

Ministério da Previdência Social

José Ferreira da Crus - Suplente

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Rita de Cássia Freitas Coelho - Titular

Ministério da Educação

Milena Leal Pacheco - Suplente

Ministério da Saúde

Célia Mota de Carvalho - Titular

Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Nelma de Azeredo - Suplente

Fórum de Secretários Estaduais de Assistência Social – FONSEAS

Sérgio Wanderly Silva - Titular

Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

Marisa Rodrigues da Silva - Suplente

Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social – CONGEMAS

Representantes da Sociedade Civil

Ir. Pedro Vilmar Ost - Titular

União Brasileira De Educação E Ensino – Ubee

Wagner Carneiro de Santana - Suplente

Fundação Orsa

Antônio Celso Pasquini - Titular

União Social Camiliana

Renato Saidel Coelho - Suplente

Associação da Igreja Metodista

Clodoaldo de Lima Leite - Titular

Federação Espírita Brasileira

Leila Pizzato - Suplente

Associação Antônio Vieira

Maria do Carmo Tourinho Ribeiro - Titular

Associação Brasileira de Autismo – ABRA

Maria Auxiliadora Bezerra de Araújo - Suplente

Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS

Carlos Eduardo Ferrari - Titular

Federação Nacional das Associações para Valorização das Pessoas com Deficiência – AVAPE

José Araújo da Silva - Suplente

Pastoral da Pessoa Idosa

Samuel Rodrigues - Titular

Movimento Nacional de População de Rua

Maria da Conceição Pires dos Santos - Suplente

Federação Nacional das Aas Aaes - Fenapaes

Frederico Jorge de Souza Leite - Titular

Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI

Jane Pereira Clemente - Suplente

Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas – FENATIBREF

Maria Aparecida do Amaral Godoi de Faria - Titular

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT – CNTSS/CUT

Ana Carolina Barros Pinheiro Carrenho - Suplente

Ordem dos Advogados do Brasil

Carlos Rogério de Carvalho Nunes - Titular

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

Iolete Ribeiro Da Silva - Suplente

Conselho Federal de Psicologia

Secretaria Executiva do CNAS

Maria das Mercês Avelino de Carvalho

Secretária Executiva

Christianne Camargo Menezes

Coordenadora de Normas da Assistência Social

Liliane Neves do Carmo

Coordenadora de Acompanhamento aos Conselhos da Assistência Social

Jamile Maria Boueres Calado

Coordenadora de Financiamento da Assistência Social

Maria Auxiliadora Pereira

Coordenadora de Política da Assistência Social

Randriene Maia

Chefe da Divisão de Apoio Logístico e Administrativo

Comissão Organizadora da VIII Conferência Nacional de Assistência Social

Conselheiro **Carlos Eduardo Ferrari** - coordenador

Conselheiro **Renato Francisco dos Santos Paula** - coordenador

Conselheiro **Frederico Jorge de Souza Leite**

Conselheiro **Renato Saidel Coelho**

Conselheiro **José Araújo da Silva**

Conselheira **Marisa Rodrigues da Silva**

Conselheiro **José Ferreira da Crus**

Conselheira **Célia Mota de Carvalho**

Relatoria

Valdete de Barros Martins

Coordenadora Geral

Beatriz Paiva

Relatora Geral

Maria José Sousa Lanzetti

Relatoria

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1- CONSTRUÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONTRIBUIÇÃO DA ETAPA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL	11
1.1-Tema Geral	11
1.2- Subtemas	11
1.3-Objetivo Geral	11
1.4- Objetivos Específicos	12
1.5 - Resultados Esperados do Processo de Realização das Conferências de Assistência Social	12
1.6-Cronograma	12
1.7 Mobilização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social ...	13
1.8 - Dinâmica de Discussões e Deliberações para as Conferências Estaduais e do Distrito Federal	14
1.8.1- Metodologia	15
1.8.1.1- Conteúdo e Realização dos Painéis e Grupos	15
3 - OIENTAÇÕES PARA O RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL	19
3.1- Elaboração do Relatório Final da Conferência Estadual de Assistência Social	19
3.2- Recomendações complementares	19
3.3 - Encaminhamento do Relatório Final da Conferência	20
4. RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL (informações a serem inseridas <i>on line</i>)	21
5- ANEXOS	
Anexo I	25
Registros Adicionais para Subsidiar Conferência Estadual e DF	
Anexo II	27
Distribuição dos Delegados Estaduais e do DF para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social	
Anexo III	28
Distribuição dos Delegados Municipais para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social	
Anexo IV	30
Relação de Delegados Municipais à VIII Conferência Nacional de Assistência Social	

Anexo V	31
Relação de Delegados Estaduais e do DF à VIII Conferência Nacional de Assistência Social	
Anexo VI	32
Ficha de Inscrição de Delegados	

APRESENTAÇÃO

Este documento visa renovar e complementar algumas orientações aos Conselhos Estaduais e do DF, referentes ao processo específico de construção das Conferências de Assistência Social, nesta etapa intermediária de realização para a **VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**.

Em resposta ao empenho do Conselho Nacional de Assistência Social para subsidiar de forma unitária a todos os estados em sua jornada participativa de avaliação e proposição sobre o Sistema Único de Assistência Social, reunimos aqui **sugestões e indicações adicionais**, privilegiadamente contemplando as responsabilidades e **especificidades da esfera estadual e do DF e seus desafios** na construção do SUAS, a serem debatidas em cada unidade federativa.

Nesse sentido, retomamos alguns tópicos já encaminhados anteriormente, porém, apenas de maneira a compor um rol de recomendações relativas ao processo em tela, ou seja, a etapa de organização das Conferências Estaduais e do DF.

Registramos por ora nossa expectativa de que este novo documento se some produtivamente às reflexões e aos encaminhamentos já levantados por cada Conselho Estadual e do DF em nosso país, tendo em vista a grande sinergia que a **VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** está desafiada a promover, neste momento decisivo de consolidação do SUAS e valorização dos trabalhadores em nosso país.

As conferências, em si mesmas, devem ser espaços exemplares de participação popular democrática, de modo a qualificar e aproximar suas deliberações cada vez mais das reais necessidades da população. Assim, diferente dos conselhos, cuja existência atende a fóruns de democracia representativa, elas não devem limitar a participação aos rigores da representação institucional. A participação direta de seus sujeitos fundamentais – usuários e trabalhadores – permitem um debate e uma construção de novo tipo político com qualidades democráticas, absolutamente fundamentais na caminhada de fortalecimento da política pública de assistência social como um sistema único.

Assim, todos os esforços deverão ser empenhados na inovação das estratégias de incentivo à participação popular, bem como a inerente qualificação desta participação.

As questões e demandas de cada unidade da federação devem ser entendidas como fatores motivadores dos debates e encaminhamentos que justificam e orientam a política de assistência social nas esferas estadual e federal.

Desta forma, as Conferências de Assistência Social, realizadas a cada dois anos, adquirem cada vez mais importância para o exercício do controle social da política de assistência social, seja por sua magnitude - como campo de direitos não contributivos e universalizadores da proteção social -, seja por permitir a superação do hiato entre o valor democrático e republicano da participação popular direta e o controle social representativo formal.

Há que se reconhecer que nesse processo nacional de discussão e avaliação coletiva, as Conferências Estaduais e do DF adquirem singular protagonismo para avaliação e concretização dos avanços conquistados na política pública de assistência social, na perspectiva de ampliar ainda mais a consolidação da democracia em nosso país, com efetiva participação e controle social nesta área estratégica da proteção social e no âmbito da esfera estadual de gestão do SUAS.

Nesse sentido, reafirma-se que a etapa da mobilização que antecede as Conferências é primordial para tornar visíveis as necessidades e aspirações da população e qualificar os debates. Esta é a nossa convicção e aposta.

Conselho Nacional de Assistência Social

1 – CONSTRUÇÃO DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONTRIBUIÇÃO DA ETAPA ESTADUAL

1.1-Tema

A Portaria Conjunta MDS/CNAS nº 1, de 17 de dezembro, que trata da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, estabelece, no artigo 3º, o seguinte escopo e temática: *“tratará sobre os avanços na consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com a valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão dos serviços, programas, projetos e benefícios.”*

É assim que os estados e o DF tanto como os municípios e a União, por meio dos seus Conselhos de Assistência Social, deverão realizar SUAS respectivas conferências com o lema *“Consolidar o SUAS e Valorizar seus Trabalhadores”*.

1.2 - Subtemas

De maneira a desdobrar o tema geral e melhor subsidiar a construção das reflexões suscitadas com a temática oficial, sugerimos quatro subtemas:

- Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS.
- Reordenamento e qualificação dos serviços socioassistenciais.
- Fortalecimento da participação e do controle social.
- A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil.

1.3 - Objetivo Geral

Conforme princípio constitucional e legislação complementar, cabe às Conferências *“AVALIAR E PROPOR DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO DA GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS) NA PERSPECTIVA DA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES E DA QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS.”*

1.4 - Objetivos Específicos

- Avaliar os avanços obtidos na gestão do trabalho no SUAS , seu financiamento e propor estratégias para implementação da NOB/RH, como mecanismo para qualificar os serviços e consolidar o SUAS no sistema de proteção social não-contributivo brasileiro.
- Avaliar a qualidade da oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social sob a lógica do trabalho articulado em rede (entidades socioassistenciais e unidades estatais), do protagonismo e participação dos usuários e da valorização dos trabalhadores.
- Propor estratégias para o fortalecimento do alcance das atenções ofertadas pelo SUAS no processo de erradicação da pobreza extrema, definindo articulações intersetoriais prioritárias e formas de financiamento adequadas.
- Avançar na propositura de estratégias para a consolidação da participação e do controle social na assistência social, como eixo estruturante do SUAS, para o fortalecimento do protagonismo dos usuários e para valorização dos trabalhadores.

1.5 - Resultados Esperados do Processo de Realização das Conferências de Assistência Social .

- Avaliação (balanço crítico) da implantação do SUAS, ressaltando a especificidade da esfera estadual e do DF;
- Propostas/deliberações para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social, valorização dos trabalhadores e a qualificação da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios.

1.6 - Cronograma

- Realização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal - **prazo final 14 de outubro de 2011**
- Entrega do Relatório ao CNAS com os resultados das Conferências Estaduais e do DF - **prazo final: até 28 de outubro de 2011**
- Conferência Nacional - 07 a 10 de dezembro de 2011.

1.7 - Mobilização das Conferências Estaduais e do Distrito Federal de Assistência Social

Relembramos que as atividades de caráter preparatório e mobilizador podem ser melhor qualificadas se subsidiados por análises prévias das condições atuais de implementação do SUAS. No caso do tema “gestão do trabalho”, por exemplo, desde a NOB/RH como referência; sobre a qualificação dos serviços socioassistenciais, tomando por base a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS 109/2009) Censo/SUAS, Cadúnico e outras normativas.

Também reafirmamos uma preocupação central, já levantada no MANUAL ORIENTADOR DA VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Trata-se da diversidade de sujeitos e organizações que participam das Conferências. Este fato é certamente positivo, porém, impõe o compromisso dos organizadores da Conferência com a homogeneização mínima de informações. Assim, para que todos possam se articular e se preparar igualmente para as discussões, o processo de mobilização deve privilegiar a capacitação dos participantes, seja por meio de plenárias, reuniões, encontros, palestras, seja em debates públicos ou pré-conferências temáticas.

No caso das Conferências Estaduais e do DF, espera-se que este processo de mobilização prévia e preparatória seja alcançado considerando a sistematização das conferências municipais. Desta maneira, cabendo às unidades da federação organizar, conforme suas características, eventos regionais de mobilização para debater a temática da conferência e seu significado, tendo em vista a mobilização de todos os segmentos a serem representados nas conferências (usuários, trabalhadores do setor, entidades de assistência social e representantes governamentais).

É fundamental que as discussões tenham como princípio o compromisso com a ampliação da participação dos usuários nos espaços dos conselhos e conferências, bem como no cotidiano do acesso e da realização do direito à assistência social, e tenham como referência as ementas e os resultados esperados de cada subtema da Conferência Nacional.

Nesse contexto, reafirmamos a importância das Conferências Municipais como instâncias legítimas de deliberação local e para a eleição dos delegados às Conferências Estaduais.

Conferências Regionais podem ser realizadas como estratégias de mobilização, e não em substituição às Conferências Municipais.

1.8 - Dinâmica de Discussões e Deliberações para as Conferências Estaduais e do Distrito Federal

As Conferências Estaduais têm se mostrado momentos fundamentais para a produção dos resultados mais amplos e efetivos de todo o processo de construção do SUAS e do aprimoramento de seu marco regulatório. Devem construir, nesse sentido, não só a síntese das propostas advindas das Conferências Municipais, mas, sobretudo, propiciar um detalhado balanço crítico sobre os desafios e impasses da gestão estadual, na construção do SUAS.

Por esta razão, propomos a elaboração de uma dinâmica específica para os grupos de trabalho nas Conferências Estaduais, que possa contemplar as especificidades desta discussão, atentando para o papel da esfera estadual na implementação do SUAS.

Mantendo o roteiro temático contido no Manual já encaminhado pelo CNAS, que auxilia a realização das Conferências, sugerimos agora esta *especial metodologia*, visando **qualificar as Conferências Estaduais e também do DF**, instrumentalizar os relatórios das mesmas e, desta forma, fortalecer a conexão das discussões em âmbito nacional, por meio dos subsídios sistematizados para a *VIII Conferência Nacional de Assistência Social*.

O esforço de qualificação do processo de implantação do SUAS, por meio da construção democrática e participativa que cada ciclo de Conferência gera, reafirma a importância de que as Conferências Estaduais e do DF viabilizem momentos de assembleias amplas, com os painéis e plenária de deliberação, sem descuidar da organização dos pequenos grupos de discussão, onde um maior número de delegados pode se manifestar.

Ademais, espera-se que nas etapas estaduais, assim como do DF, sejam preparadas oficinas (a exemplo das Conferências Nacionais), que reúnam os trabalhadores, usuários, entidades, e demais sujeitos em momentos específicos de qualificação, tendo em vista a realidade da UF, suas potencialidades, responsabilidades e especificidades.

Desta forma, tanto quanto o momento de deliberação das propostas, que integrarão o relatório estadual e do DF, a garantia de uma ampla e cuidadosa discussão nos grupos, dedicadas à avaliação do Sistema e dos desafios e avanços consolidados, são essenciais para a definição dos rumos de implementação do SUAS nos próximos anos.

O propósito aqui é apresentar uma metodologia específica às Conferências Estaduais e do DF na medida em que seu produto será também matéria de construção dos temas e discussões para a Conferência Nacional.

Ressalta-se, aqui mais uma vez, a importância da mobilização no Distrito Federal, de forma a qualificar, fortalecer e ampliar a participação dos usuários e dos trabalhadores na Conferência nessa singular instância de governo, utilizando-se, para tal, dos serviços já existentes nas unidades públicas da Assistência Social, bem como outros espaços ou serviços que reúnem os usuários da assistência social.

Como instância de deliberação, as Conferências Estaduais e do DF cumprem papel decisivo na consolidação do SUAS como um sistema único, descentralizado e participativo.

1.8.1 Metodologia

- *Conteúdo e Realização dos Painéis e Grupos de Trabalho*

Um aspecto decisivo para o sucesso das Conferências é a produção de subsídios para avaliação e análise da realidade de implantação do SUAS, na esfera estadual e do DF. Sabe-se que o manejo da política pública é um empreendimento com alto grau de complexidade técnica, que não pode secundarizar a construção de informações qualificadas sem as quais o percurso das decisões e ações correm o risco do improvisado, inaceitável quando se trata de recursos e responsabilidades republicanas.

Desta forma, todos os temas a serem abordados nos painéis devem ser subsidiados por detalhado balanço crítico sobre as responsabilidades previstas na NOB/SUAS, NOB/RH, Plano Decenal, Pacto de Aprimoramento de Gestão Estadual, Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais; Protocolo de gestão integrada de serviços e benefícios; Resoluções nº 05 e 08 /2010 da CIT, bem como dos dados constantes no Sistema Nacional de Informações (Rede SUAS),

Cadastro Único, Censo SUAS e de sistemas de informações estaduais e do DF, ao lado de avaliação das outras indicações previstas no marco regulatório do SUAS já relacionado no documento anterior. Estes dados devem ser sistematizados pelo Órgão Gestor e pelo Conselho, dada sua privilegiada perspectiva.

Na medida em que os painéis têm como objetivo subsidiar as discussões nos grupos de trabalho, o ideal é que estes sejam acompanhados de debate. Ressalta-se a importância de se assegurar nos painéis análise preferencialmente por pesquisadores, e/ou especialista, e/ou gestores da área, decorrente da sistematização dos dados e indicadores da gestão estadual e do DF no processo de implementação do SUAS, elaborados e/ou apresentados previamente.

Organizadas com os diferentes subtemas, as mesas devem ainda suscitar a análise sobre a peculiaridade das diferentes regiões do Estado e do DF, contemplando as ações para a gestão, o co-financiamento, as medidas desencadeadas para gestão do trabalho no SUAS, os desafios para a participação e o controle social, as iniciativas de articulação para o *Enfrentamento à Pobreza*, ou seja, os principais aspectos da construção do SUAS nesta especial dimensão política intermediadora das esferas governamentais.

Para auxiliar as discussões nos grupos propõe-se o roteiro temático a seguir, sendo essencial a organização e disponibilização do marco regulatório e de informações para subsidiar a avaliação da gestão da assistência social no âmbito estadual e do DF.

SUBTEMA 1 - ESTRATÉGIAS PARA A ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DO TRABALHO NO SUAS.

- Concepção da gestão do trabalho no SUAS;
- Significado do trabalho social;
- Plano Estadual de Capacitação e sua relação/articulação com as esferas municipal e federal;
- Mesa de Negociação;
- Organização dos trabalhadores e controle social;
- Compromissos do Estado e do DF para implementação da NOB/RH e na gestão do trabalho;
- Papel do estado na estruturação da gestão do Trabalho no seu âmbito e no apoio aos municípios

Questões para o debate nos grupos:

- 1) Quais são as iniciativas relacionadas à implementação da NOB/RH no âmbito do Estado ou DF?
- 2) As equipes de referência estão estruturadas de forma a atender às exigências do SUAS para a esfera estadual ou do DF?
- 3) Em que medida as ações do pacto estadual de gestão estão encaminhadas?
- 5) Quais as estratégias que estão sendo utilizadas para estruturar a gestão do trabalho no âmbito do DF e do órgão gestor estadual?
- 6) Como o Estado tem contribuído para estruturar a gestão do trabalho nos municípios?

SUBTEMA 2 - REORDENAMENTO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS:

- Centralidade da oferta dos serviços com base na família e no território;
- Avaliação da implementação do SUAS, quanto:
 - à implementação da tipificação nacional dos serviços socioassistenciais.
 - ao planejamento e organização da gestão;
 - ao co-financiamento e repasse fundo- a- fundo;
 - à sobreposição de fundos estaduais na área;
 - à utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizado nos municípios, estados e DF;
- ao controle social e participação dos usuários;
- aos serviços de proteção social da assistência social e às seguranças ofertadas pela rede socioassistencial (pública e privada);
- à regionalização dos serviços socioassistenciais e à intersetorialidade;

Questões para o debate nos grupos:

- 1) De que forma as iniciativas do Estado fortalecem a implantação do SUAS?
- 2) Em que medida os recursos próprios do orçamento estadual ou do DF têm contribuído para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais? Há sobreposição de fundos estaduais na área?
- 3) Qual o alcance da capacitação continuada para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais?
- 4) Como o estado tem atuado para implementar ações regionalizadas de forma atender as orientações/pactuações da CIB e CEAS?

5) Como se dá o apoio técnico dos estados aos municípios no reordenamento dos serviços socioassistenciais, na perspectiva das normativas do SUAS?

SUBTEMA 3 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL:

- Contribuição da participação e do controle social no processo de consolidação do SUAS e na perspectiva da erradicação da pobreza;
- Avanços e desafios dos conselhos de assistência social no Brasil pós SUAS;
- Limites e possibilidades da organização e participação dos movimentos sociais no SUAS na atualidade;
- Participação dos usuários como condição para prevenção a riscos sociais;
- Acompanhamento e participação dos conselhos na efetivação das decisões pactuadas na CIT e CIB no que se refere a implementação do SUAS.

Questões para o debate nos grupos:

- 1) Como se dá a participação e o controle social no processo de consolidação do SUAS?
- 2) Quais os principais desafios dos conselhos/fóruns de assistência social?
- 3) Como os movimentos sociais tem atuado na defesa do SUAS, como direito de seguridade social?
- 4) Como tem sido potencializada a participação dos usuários para a qualificação dos serviços e benefícios socioassistenciais?

SUBTEMA 4 - A CENTRALIDADE DO SUAS NA ERRADICAÇÃO DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL:

- a) As múltiplas dimensões da pobreza e o desenvolvimento de estratégias para seu enfrentamento;
- b) As expressões da desigualdade social, (renda, gênero, raça e etnia);
- c) Direitos Humanos e Direitos Socioassistenciais;
- d) A participação do SUAS na geração de oportunidades com base no fortalecimento da liberdade e da cidadania;
- e) Universalização dos direitos sociais na perspectiva da construção de um sistema de proteção social não contributivo;
- f) A intersetorialidade no desenvolvimento das políticas e programas de enfrentamento à pobreza.

Questões para o debate nos grupos:

- 1) De que forma podemos consolidar a centralidade do SUAS frente ao Plano Brasil sem Miséria?

- 2) Quais as estratégias que o SUAS pode desenvolver para o fortalecimento da intersectorialidade das políticas sociais?
- 3) Em que medida o SUAS tem contribuído para a universalização do acesso aos direitos sociais?
- 4) Como as diferentes expressões da desigualdade social (renda, gênero, raça e etnia) tem sido enfrentadas no âmbito do SUAS?

3 - ORIENTAÇÕES PARA O RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

3.1- Elaboração do Relatório Final da Conferência Estadual de Assistência Social e do Distrito Federal.

O Relatório Final da Conferência Estadual e do Distrito Federal a ser enviado ao Conselho Nacional de Assistência Social deve contemplar:

- As deliberações aprovadas na Conferência (Quadro 1)
- Avaliação dos subtemas - Balanço Crítico (Quadro 2)
- Relação de delegados por segmento, convidados e observadores (Anexo IV e V) ;
- Ficha com dados dos delegados eleitos - titulares e suplentes (Anexo VI)

3.2- Recomendações Complementares

A seguir, encaminhamos os quadros com as informações que devem integrar o relatório das Conferências Estaduais, ressaltando mais uma vez que a construção do processo democrático de consulta de proposição desde a população nas cidades, compatibilizada pelo protagonismo dos trabalhadores e gestores públicos e privados, ganha uma mediação fundamental com a síntese dos estados e, mais, com a afirmação dos desafios e potencialidade que a própria esfera estadual elege, na sua tarefa intransferível de implantação do SUAS, como ente federativo intermediário.

Neste sentido, solicitamos um conjunto amplo mas acessível de informações, distribuídas nos quadros a seguir, de forma a alimentar a construção de uma análise detalhada do processo democrático e participativo de construção do direito à assistência social, desde todas as conferências estaduais, que permita a produção de dados novos e enriquecedores com uma abrangência efetivamente nacional, e não apenas referida à esfera federal de gestão de governo.

Vale ressaltar, ademais, que o preenchimento dos quadros será efetuado a partir de plataforma própria do CNAS, *on line*, onde todos os campos de informações aqui solicitados estarão similarmente organizados.

Desta forma, antecipamos o conteúdo dos temas que devem compor o relatório das conferências Estaduais, de maneira que a organização do evento se estruture antecipada e devidamente, com o conhecimento das tarefas que pactuamos para a construção da VIII Conferência Nacional de Assistência Social.

3.3 - Encaminhamento do Relatório Final

O Relatório Final da Conferência Estadual deve ser enviado ao Conselho Nacional de Assistência Social, (via *on line*), **IMPRETERIVELMENTE**, até a data de **28 de outubro de 2011**, consolidação das propostas deliberadas nos municípios e subsídio para o debate na Conferência Estadual.

4. RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL (informações a serem inseridas *on line*)

4.1-Dados Gerais

4.1.1 - Identificação

a) Unidade da Federação:

b) Data de Realização:

c) Local de Realização:

4.1.2 - Participação

a) Número de Municípios Presentes:

b) Número Total de Participantes:

c) Número de Participantes por Representação:

Usuários	Trabalhadores	Entidades	Representantes Governamentais

4.1.3 - Impedimentos

a) Número de Municípios que Não Realizaram as Conferências Municipais:

b) Motivos/ Justificativas Apresentadas para Não Realizá-las:

4.1.4- Processo de Realização da Conferência

a) Programação:

b) Avaliação:

- Pontos fortes

-Pontos fracos

4.2- Deliberações Aprovadas na Conferência Estadual

Para cada subtema, deverá ser debatida e aprovada até 3 (três) propostas/ deliberações, indicando a respectiva responsabilidade, ou seja, se a atribuição é do município, do Estado ou da União.

Para discussão e aprovação das propostas mais uma vez registramos que se trata de afirmar aquilo que é atribuição privativa e partilhada do âmbito estadual de implantação do SUAS. É pois fundamental destacar e assegurar a centralidade do debate das responsabilidades de âmbito estadual e do DF, na perspectiva de qualificar as questões pertinentes a essa esfera de governo, considerando os elementos que a organização da própria conferência dispõe, para alimentar a reflexão e tomada de posição de seus delegados.

Todavia, as demandas que se destinam ao âmbito municipal devem ser consideradas, pois também são fundamentais para a análise do processo de implantação do SUAS como um todo. Sendo assim, devem ser discriminadas no quadro respectivo, de forma a que esta visibilidade permita também evidenciar o protagonismo da esfera estadual na articulação do SUAS, numa perspectiva de um sistema integrado.

Da mesma forma, como se trata da análise e proposição de um sistema único de política pública, as conferências estaduais também devem apontar as responsabilidades da esfera federal.

Nesse contexto é importante observar/definir percentuais para aprovação das propostas nos grupos. As propostas aprovadas devem expressar o posicionamento da maioria, nos grupos e na plenária.

Quadro 1
DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL DA
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subtemas	Propostas/ Deliberações	Esfera Responsável		
		Município	Estado	União
Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS	1			
	2			
	3			
Reordenamento e qualificação e dos serviços socioassistenciais	1			
	2			
	3			
Fortalecimento da participação e do controle social.	1			
	2			
	3			
A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil	1			
	2			
	3			

4.3-Avaliação (Balanço Crítico)

No quadro “2”, o processo de avaliação (balanço crítico) deverá ser considerado a realidade atual do SUAS por subtema, destacando-se os resultados alcançados (avanços) e os esperados (desafios), em cada esfera de governo.

Quadro 2

AVALIAÇÃO (BALANÇO CRÍTICO), RESULTADOS ALCANÇADOS (AVANÇOS) E ESPERADOS (DESAFIOS) DA IMPLANTAÇÃO DO SUAS, POR SUBTEMAS

Subtema	Município		Estado		União	
	Resultados Alcançados	Resultados Esperados	Resultados Alcançados	Resultados Esperados	Resultados Alcançados	Resultados Esperados
Estratégias para a estruturação da gestão do trabalho no SUAS						
Reordenamento e qualificação e dos serviços socioassistenciais						
Fortalecimento da participação e do controle social						
A centralidade do SUAS na erradicação da extrema pobreza no Brasil						

5- ANEXOS

ANEXO I

REGISTROS ADICIONAIS PARA SUBSIDIAR A CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DF

Com a intenção de contribuir na sistematização das informações do processo de realização das Conferências Estaduais e do DF, no que couber, sugere-se que sejam efetuados registros adicionais, não sendo necessário enviá-los ao CNAS, mas que certamente serão valiosos para aperfeiçoamento do processo participativo em cada estado. A exemplo de:

- **Registros do Processo de Mobilização Realizado pelos Municípios**

As informações no Quadro “A” referem-se à sistematização dos relatórios dos municípios sobre seus processos de mobilização.

- A **primeira** coluna deverá sintetizar as estratégias/modalidades encontradas pelos municípios para a mobilização;
- A **segunda** coluna refere-se ao número de participantes em tais eventos preparatórios por tipo de representantes;
- A **terceira** coluna refere-se ao número de municípios que realizaram a mobilização;
- A **quarta** coluna deve ser preenchida buscando elencar as principais discussões em torno do levantamento realizado tendo em vista o tema dos entraves/dificuldades debatidas com os usuários, trabalhadores e demais segmentos para a efetivação de sua participação no âmbito dos conselhos e conferências;
- A **quinta** coluna refere-se aos avanços que podem ter sido considerados na discussão.

Quadro A

SÍNTESE DO PROCESSO DE MOBILIZAÇÃO REALIZADO PELOS MUNICÍPIOS

Eventos de Mobilização Realizados	Número de Participantes				Nº. de Munic. que realizaram mobilização	Subtemas Questões Debatidas	Dificuldades p/ participação nos Conselhos e Conferências	Avanços
	Usuários	Trabalhadores	Entidades e Org. de Assist. social	Representantes Governo				

- **Registros do Processo de Mobilizações Preparatórias à Conferência Estadual e do Distrito Federal da Assistência Social**

As informações no Quadro “B” referem-se à sistematização do processo de mobilização realizado pelo Estado ou DF.

- A **primeira** coluna deverá **ser relacionada** as estratégias/modalidades encontradas pelos estados ou DF para a mobilização.
- A **segunda** coluna refere-se ao número de participantes em tais eventos preparatórios por tipo de representantes.
- A **terceira** coluna refere-se às datas de realização das mobilizações.
- A **quarta** coluna deve ser preenchida com os subtemas e as questões principais debatidas.
- Na **quinta** os entraves/dificuldades debatidas com os usuários para a efetivação de sua participação no âmbito dos conselhos e conferências.
- A **sexta** coluna refere-se aos avanços considerados na discussão

Quadro B

SÍNTESE DAS MOBILIZAÇÕES PREPARATÓRIAS À CONFERÊNCIA ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Eventos de Mobilização Realizados.	Número de Participantes				Datas e Locais de realização	Subtemas e Questões Debatidas	Dificuldades p/ participação nos Conselhos e Conferências	Avanços
	Usuários	Trabalhadores	Entid. e Org. Assist. Social	Repres. Governo				

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS ESTADUAIS E DO DF PARA A VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UF	População 2010	% da População Brasileira	Quantidade de Delegados Estaduais
SP	39.924.091	21,50	8
MG	19.159.260	10,32	8
RJ	15.180.636	8,17	8
BA	13.633.969	7,34	8
RS	10.576.758	5,70	8
PR	10.266.737	5,53	8
PE	8.541.250	4,60	6
CE	8.180.087	4,40	6
PA	7.443.904	4,01	6
MA	6.424.340	3,46	6
SC	6.178.603	3,33	6
GO	5.849.105	3,15	6
PB	3.753.633	2,02	6
ES	3.392.775	1,83	4
AM	3.350.773	1,80	4
RN	3.121.451	1,68	4
AL	3.093.994	1,67	4
PI	3.086.448	1,66	4
MT	2.954.625	1,59	4
DF	2.469.489	1,33	4
MS	2.404.256	1,29	4
SE	2.036.277	1,10	4
RO	1.535.625	0,83	4
TO	1.373.551	0,74	4
AC	707.125	0,38	4
AP	648.553	0,35	4
RR	425.398	0,23	4
Total	185.712.713	100	146

* O número de vagas de cada estado considerou o seguinte critério de População:

- a) estados com menos de 2% do total da população brasileira = 4 delegados
- b) estados entre 2% e 5% do total da população brasileira = 6 delegados
- c) estados com mais de 5% do total da população brasileira = 8 delegados

ANEXO III

**DISTRIBUIÇÃO DOS DELEGADOS MUNICIPAIS E DO DF PARA A
VIII CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

UF	Qtd de Municípios	Qtd Munic. em Plena ou Básica jan 2011	Qtd Munic com Conferencia 2009	População 2010	% Municípios em Plena ou Básica	% Munic com Conferencia 2009	% da População Brasileira	Fator de Distribuição $\frac{((G+H)/2) + I}{2}$	Quantidade de Delegados MUNICIPAIS por UF	Quantidade de Delegados municipais ARREDONDADO	Total de Delegados Municipais para Distribuição entre as UF's
AC	22	22	17	707.125	0,4207	0,3411	0,3808	0,3808	4,38	8	1.150
AL	102	102	98	3.093.994	1,9503	1,9663	1,6660	1,8122	20,84	20	
AM	62	62	61	3.350.773	1,1855	1,2239	1,8043	1,5045	17,30	18	
AP	16	7	10	648.553	0,1338	0,2006	0,3492	0,2582	2,97	8	
BA	417	413	356	13.633.969	7,8967	7,1429	7,3414	7,4306	85,45	84	
CE	184	184	183	8.180.087	3,5182	3,6717	4,4047	3,9998	46,00	46	
DF	1	1	1	2.469.489	0,0191	0,0201	1,3297	0,6747	7,76	8	
ES	78	72	76	3.392.775	1,3767	1,5249	1,8269	1,6388	18,85	18	
GO	246	243	239	5.849.105	4,6463	4,7953	3,1495	3,9352	45,25	46	
MA	217	214	189	6.424.340	4,0918	3,7921	3,4593	3,7006	42,56	42	
MG	853	814	704	19.159.260	15,5641	14,1252	10,3166	12,5806	144,68	140	
MS	78	78	77	2.404.256	1,4914	1,5449	1,2946	1,4064	16,17	16	
MT	141	141	130	2.954.625	2,6960	2,6083	1,5910	2,1216	24,40	24	
PA	143	143	130	7.443.904	2,7342	2,6083	4,0083	3,3398	38,41	38	
PB	223	221	199	3.753.633	4,2256	3,9928	2,0212	3,0652	35,25	36	
PE	185	184	162	8.541.250	3,5182	3,2504	4,5992	3,9917	45,90	46	
PI	223	221	207	3.086.448	4,2256	4,1533	1,6619	2,9257	33,65	34	
PR	399	399	393	10.266.737	7,6291	7,8852	5,5283	6,6427	76,39	74	
RJ	92	92	91	15.180.636	1,7591	1,8258	8,1743	4,9834	57,31	58	

RN	167	167	153	3.121.451	3,1931	3,0698	1,6808	2,4061	27,67	28
RO	52	51	47	1.535.625	0,9751	0,9430	0,8269	0,8930	10,27	10
RR	15	15	14	425.398	0,2868	0,2809	0,2291	0,2565	2,95	8
RS	496	437	400	10.576.758	8,3556	8,0257	5,6952	6,9429	79,84	78
SC	293	255	263	6.178.603	4,8757	5,2769	3,3270	4,2016	48,32	48
SE	75	75	74	2.036.277	1,4340	1,4848	1,0965	1,2779	14,70	14
SP	645	492	599	39.924.091	9,4073	12,0185	21,4978	16,1053	185,21	182
TO	139	125	111	1.373.551	2,3901	2,2271	0,7396	1,5241	17,53	18
Total	5.564	5.230	4.984	185.712.713	100	100	100	100	1.150	1.150

* Os arredondamentos foram feitos garantindo número par de delegados em todas as UF's, e assegurando a quantidade mínima de oito delegados municipais por UF. Foi necessário realocar 14 vagas para completar, em três UF's, o número mínimo de oito delegados municipais; para isso, foram subtraídas 4 vagas de SP, 4 vagas de MG, 2 da BA, 2 vagas do RS e 2 vagas do PR, por serem os estados com maior número de delegados.

ANEXO IV

**RELAÇÃO DE DELEGADOS MUNICIPAIS À VIII CONFERÊNCIA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

UF- -----

Nome do Titular	Gov	Não Governamentais			Nome do Suplente	Gov	Não governamentais		
		Usuário	Trab.	Ent.			Usuário	Trab	Entidade

ANEXO V

**RELAÇÃO DE DELEGADOS ESTADUAIS À VIII CONFERÊNCIA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

UF- -----

Nome do Titular	Gov	Não Governamentais			Nome do Suplente	Gov	Não governamentais		
		Usuário	Trab.	Ent.			Usuário	Trab	Entidades

ANEXO VI

FICHA DE INSCRIÇÃO DE DELEGADO (A)

I - IDENTIFICAÇÃO DO (A) DELEGADO(A)

Dados gerais:

Nome:

CPF:

Endereço:

Município:

UF:

CEP:

Telefone para contato/DDD:

Fax:

E-mail:

Sexo:

Escolaridade:

Profissão:

Atuação:

Governamental

Sociedade Civil

Caso seja representante da sociedade civil preencher os dados abaixo

Usuários

Entidades

Trabalhadores

II - DADOS DE REPRESENTATIVIDADE DO DELEGADO (A)

Órgão/Entidade que atua:

Cargo que ocupa:

Área de Atuação:

Endereço do órgão:

Município:

UF:

CEP:

Tel/DDD:

Fax:

E-mail:

III - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

▪ Participação em eventos:

- I Conferência Nacional de Assistência Social
- II Conferência Nacional de Assistência Social
- III Conferência Nacional de Assistência Social
- IV Conferência Nacional de Assistência Social
- V Conferência Nacional de Assistência Social
- VI Conferência Nacional de Assistência Social
- Reuniões Ampliadas do CNAS
- Outros eventos

Informe sobre necessidades de serviços especiais:

Pessoa com deficiência?

Sim

Não

Em caso afirmativo, especificar deficiência e a necessidade:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

Utilizar este espaço abaixo, somente se necessário e com a maior objetividade possível:

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....